

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER

DARCI DOS SANTOS FREITAS

**A FUMICULTURA NO DESENVOLVIMENTO RURAL  
DE UMA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR  
NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO, RS**

ARROIO DOS RATOS, RS  
2013

DARCI DOS SANTOS FREITAS

**A FUMICULTURA NO DESENVOLVIMENTO RURAL  
DE UMA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR  
NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO, RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marlise Amália Reinehr Dal Forno  
Coorientadora: Tutora Dr<sup>a</sup> Márcia dos Santos Ramos Berreta

ARROIO DOS RATOS, RS

2013

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter permitido ter chegado ao final.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade propiciada a mim para poder cursar o ensino superior.

Ao curso PLAGEDER, pelas experiências proporcionadas, pelos amigos ali surgidos, e pela formação a mim concedida.

Ao Polo UAB de Arroio dos Ratos, o espaço físico que proporcionou vários momentos de reflexão, estudo e de encontro entre colegas e amigos.

Aos Colegas, em especial aos amigos, pelos momentos de troca de experiência, e também pelas gargalhadas espontâneas que surgiam nas conversas. Em especial ao colega Rodrigo e Gilmar sempre prontos para ajudar.

Aos agricultores que colaboram com o projeto de pesquisa.

A minha família, em especial minha filha Mayara, meus tios Darci e Ione que sempre me apoiaram, minha irmã Celina Amélia, meu irmão Victor Hugo e ao meu pai Chanderlei pelo apoio

Aos meus colegas de trabalho, em especial Paulo Henrique pela ajuda na informática, Leonardo Brito pela ajuda intelectual, as colegas Sâmara, pela ajuda na reta final, e Karen.

Um agradecimento em especial a tutora presencial Fátima Evelise Tassinari, sempre a disposição para ajudar e para tutora a distância Márcia Berreta incansável nesta reta final de trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso de uma propriedade familiar localizada na localidade da Palmeira, Município de São Jerônimo, a cerca de 110 km de Porto Alegre (RS). Procura abordar dois períodos distintos, que são antes da implantação da fumicultura e após este evento, quando de fato ocorreu o auge da produção do fumo na região. Desta forma propõe-se analisar os aspectos socioeconômicos e ambientais decorrentes das mudanças ocorridas na propriedade e com os membros da família nestes dois períodos. Assim esta pesquisa se mostra como um importante documento para entender a importância do desenvolvimento rural, principalmente na agricultura familiar, onde agricultores possam desenvolver atividade menos degradantes ao meio ambiente, mas com capacidade de ganhos capaz de manter suas famílias no campo. Foram realizadas quatro visitas, entre janeiro e março de 2013, a esta propriedade, para observar as práticas agrícolas atuais e realizar uma entrevista semiestruturada com o proprietário e os membros da família que permanecem na propriedade. Também foram entrevistados os que já deixaram a propriedade, a fim de entender seus principais motivos de tal saída. A partir dos dados obtidos foi concluído que esta propriedade foi afetada por dois momentos da modernização da agricultura. O primeiro foi o atraso tecnológico ocorridos na década de 1980 que afetou a produtividade rural, pois estes agricultores que não aderiram ao pacote tecnológico financiado pelo Estado, excluídos, assim, das políticas públicas. O principal impacto foi no aspecto socioeconômico devido o êxodo rural daquela família. O segundo momento iniciou-se no final da década de 1990 quando a família resolve aderir ao pacote tecnológico financiado pela indústria fumageira. A principal decorrência foi o esgotamento do solo, a introdução da mecanização, aparecimento de doenças, aumento das horas de trabalho familiar, dependência dos recursos externos e o aumento do êxodo rural. Assim, conclui-se que a modernização da agricultura para aquela propriedade, apesar de aumentar a produtividade e trazer crescimento econômico, não possibilitou um desenvolvimento rural efetivo, pois socioambientalmente deixou marcas profundas, tanto na propriedade, como na estrutura familiar.

**Palavras- chave:** Agricultura Familiar. Fumicultura. Desenvolvimento Rural.

## ABSTRACT

This paper is a case study of a family property located in the town of Palmeira, in the City of São Jerônimo, about 110 km from Porto Alegre (RS). It seeks to address two different periods, which are before the implementation of tobacco growing and after this event, when in fact it was the peak of tobacco production in the region. Thereby, it is proposed to analyze the socioeconomic and environmental aspects arising from the changes in the property and with family members in these two periods. Thus, this research presents itself as an important document to understand the importance of rural development, mainly on familiar properties, where farmers can develop activities that are less degrading to the environment, but with the capacity of profit able to support their families in the countryside. There were four visits between January and March 2013 to this property, to observe the current agricultural practices and conduct a semistructured interview with the owner and family members that still remain in the property. Were also interviewed those who have already left the property, in order to understand their main reasons for such departure. From the data obtained it was concluded that this property was affected by two moments of the modernization of agriculture. The first was the technological lagging that occurred in the 1980s that affected rural productivity, as these farmers have not adopted the technology package funded by the state, excluded, thus, from the public policies. The main impact was on the socioeconomic aspect because of the rural exodus of the family. The second phase began in the late 1990s when the family decides to join the technological package funded by the tobacco industry. The main result was the exhaustion of the soil, the introduction of mechanization, onset of diseases, increased working hours, family dependence on external resources and increased rural exodus. Thus, it is concluded that the modernization of agriculture to that property, even though increasing productivity and bring economic growth, did not allow an effective rural development, as socially and environmentally it left deep scars, both on the property and the family structure.

**Keywords:** Familiar Agriculture. Tobacco Culture. Rural Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de São Jerônimo no Estado do Rio Grande do Sul.....	15
Figura 2- Relevo ondulado da Região da Palmeira, São Jerônimo (RS).....	17
Figura 3 – Filhos 3 e 4 (a direita) do Sr. Souza, nos anos de 1980.....	28
Figura 4 – Sr. Souza com seus filhos na lavoura de fumo no final da década de 1990.....	29
Figura 5 - Trator para o cultivo de fumo na propriedade.....	30
Figura 6 - Propriedade da família após o cultivo do fumo.....	31
Figura 7 - Filha 9 na propriedade.....	33
Figura 8 - Filho 8 na propriedade.....	34
Figura 9 – Fornos de secagem do fumo na propriedade do Sr Souza.....	36
Figura 10 - Ravinamento na área de plantio de fumo.....	41
Figura 11 - Ravinamento na área de plantio de fumo.....	41
Figura 12 - Armazenamento de milho na estrutura do fumo, propriedade do Sr. Souza .....	43
Figura 13 - Produtos agroquímicos utilizados no cultivo do fumo.....	47

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 - Principais produtos cultivados em São Jerônimo.....	16
Tabela 2 - Pontos positivos no contrato entre agricultores e fumageira.....	39
Tabela 3 - Pontos negativos no contrato entre agricultores e fumageira.....	39

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Relação dos entrevistados e suas características pessoais.....	14
--	----

## SUMÁRIO

<u>1. Introdução .....</u>	<u>9</u>
<u>2. METODOLOGIA .....</u>	<u>12</u>
2.4 Procedimentos metodológicos.....	12
<u>3ÁREA DE ESTUDO .....</u>	<u>15</u>
<u>3referencial teórico.....</u>	<u>18</u>
4.1 Subordinação a indústria.....	20
4.2 Trabalho nas propriedades fumageiras.....	21
4.3 Desenvolvimento rural .....	22
<u>5 Resultados e discussÕES .....</u>	<u>26</u>
5.1 A propriedade e a família antes da fumicultura.....	26
5.2 A propriedade e a família depois da fumicultura.....	29
5.3 Análise do antes de depois da implantação do fumo na propriedade.....	35
3. 3. 1 Economicamente.....	35
5.3.2 Ambientalmente.....	40
5.3.3 Socialmente.....	43
<u>5 conclusões .....</u>	<u>49</u>
<u>Referências bibliográficas.....</u>	<u>52</u>
<u>APÊNDICE 1.....</u>	<u>54</u>

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa trata de um estudo de caso acerca das mudanças socioeconômicas e ambientais ocorridas numa propriedade familiar, após a introdução do cultivo de fumo na década de 1990, quando a indústria do tabaco *Universal Leaf Tabacos* e *Philip Morris Brasil* iniciou suas atividades na região.

A área escolhida para este estudo foi a Comunidade do Cerro Partido, na localidade da Palmeira, situada no Município de São Jerônimo que está distante cerca de 110 km de Porto Alegre. Este Município possui uma tradição no cultivo de fumo pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul, que se dá em razão da vinda da indústria de tabaco.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de São Jerônimo (2013) 79% das propriedades medem até 50 hectares, sendo que o plantio de fumo ocupa a segunda maior área territorial, perde apenas para o milho<sup>1</sup>. Segundo a EMATER/ASCAR (2013), o milho ocupa uma área municipal de 4.500 hectares e o fumo 3.200 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO, 2013).

Sabe-se que a cultura do fumo é intensiva em mão de obra, por isso seu plantio ocorre em pequenas propriedades pelas próprias famílias (DIEHL et al, 2005). No entanto, dentro do contexto da sustentabilidade socioeconômica e ambiental das propriedades rurais a fumicultura é considerada uma atividade degradante nestes três aspectos.

O fumo tem sua origem nos vales orientais da Bolívia. Através da migração indígena espalhou-se pelas América Central até chegar ao Brasil. Borges (2011) relata que no Rio Grande do Sul a imigração alemã foi a responsável pela introdução da atividade fumageira, pois já possuía tradição na agricultura em pequenas áreas e técnicas para trabalhar a terra. Outro fato importante foi a instalação em 1917, na cidade de Santa Cruz do Sul, da empresa *Brazilian Tobacco Corporation* (SOUZA

---

<sup>1</sup> Segundo dados obtidos no setor primário da Prefeitura Municipal de São Jerônimo, o milho ocupa maior área, devido o município possuir características de pequenas propriedades e o milho ser utilizado como produto de subsistência, assim sua produção tem uma pequena comercialização no município.

CRUZ, 2011). Deste município, o plantio espalhou-se para o Estado nas décadas seguintes, até chegar a São Jerônimo.

Atualmente o Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta maior produção de fumo em folha no País, sendo que o COREDE Centro Sul<sup>2</sup>, no qual encontra-se São Jerônimo, é o terceiro em produção no Estado (SEPLAG, 2013).

O objetivo geral desta monografia é analisar as mudanças socioeconômicas e ambientais ocasionadas a partir da introdução do cultivo de fumo numa propriedade familiar, localizada no município de São Jerônimo, RS. Para atingir este propósito, serão desenvolvidos dois objetivos específicos, que são: caracterizar a unidade de produção nos aspectos socioeconômicos e ambientais, antes e depois da introdução do cultivo do fumo na propriedade, bem como as práticas agrícolas decorrentes; e identificar as mudanças ocorridas entre estes dois períodos na propriedade, relacionados aos aspectos citados anteriormente.

Esta pesquisa se justifica pela análise dos resultados que foram obtidos, pois a partir destes será possível desenvolver e colaborar com projetos para o meio rural, em especial nas propriedades familiares com cultivo de fumo, onde possa desenvolver programas voltados ao desenvolvimento rural, e, se for o caso, propor outros cultivos agrícolas em substituição ao mesmo.

Num contexto local justifica-se por colaborar com a sustentabilidade, não somente da propriedade onde foi realizada a pesquisa, mas também da região. Isto possibilitará, talvez, que os agricultores possam perceber a importância desta pesquisa em suas propriedades e reconhecer os danos sociais, econômicos e principalmente ambientais oriundos da monocultura do fumo.

É importante destacar que também contribui para a escolha desta problemática, os temas que foram abordados no decorrer do curso superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER). Os eixos sobre desenvolvimento rural, preservação ambiental, sucessão familiar, práticas agrícolas, entre outros, auxiliaram para um melhor conhecimento e aprofundamento sobre o assunto. Continuar a estudá-los na monografia trouxe acréscimos a minha formação profissional.

---

<sup>2</sup> Os municípios pertencentes ao COREDE CENTRO SUL são: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão de Santana e Tapes (FEE, 2013).

A monografia será apresentada em seis capítulos, onde no primeiro foi desenvolvida uma introdução, com o pequeno histórico sobre fumo. No segundo capítulo foi descrita a metodologia, com os métodos utilizados e localização da área de estudo, bem como apontam a família pesquisada.

No terceiro capítulo foi realizado o referencial teórico, onde foram analisadas as ideias dos autores a respeito do assunto pesquisado. No quarto, descrevesse brevemente o histórico da propriedade antes da introdução do fumo e, posteriormente, no quinto capítulo, sobre a chegada da fumicultura e as mudanças decorrentes nesta propriedade.

No quinto capítulo realizou-se uma análise do antes e do depois da introdução do cultivo do fumo na propriedade, nos aspectos econômico, ambiental e social.

Finalmente, no último capítulo, conclui-se esta pesquisa a partir dos resultados obtidos.

## **2. METODOLOGIA**

A abordagem deste estudo parte da pesquisa qualitativa, pois esta não se preocupa em representar um fenômeno numericamente e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Para Gerhardt e Silveira (2009) os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, porém não se submetem a prova dos fatos, onde o conhecimento do pesquisador é limitado. Assim o objetivo da pesquisa com esta abordagem é de produzir informações aprofundadas sobre os fatos pesquisados.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador tem dados teóricos relacionados com dados empíricos, em busca de resultados os mais fieis possíveis, onde o pesquisador precisa tomar alguns cuidados quanto aos limites e riscos da pesquisa qualitativa, pois a excessiva confiança na coleta de dados pode trazer uma tentativa dar conta da totalidade do objeto em pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os procedimentos metodológicos, selecionados neste estudo, buscou descrever, compreender e explicar as ações que ocorrem na propriedade onde se desenvolveu a pesquisa, mediando-se nas relações que existe entre o local e o global em determinados fenômenos.

### **2.4 Procedimentos metodológicos**

Como procedimento metodológico optou-se pela pesquisa bibliográfica, com a leitura de livros referente à modernização da agricultura, desenvolvimento rural e cultivo do fumo. Também foram utilizados artigos científicos que tratavam sobre estes assuntos.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gerhardt e Silveira (2009), é feita partindo de levantamentos e referências já analisadas e publicadas, sendo estas referências os livros, artigos científicos, sites nas páginas da internet. As autoras explicam que qualquer pesquisa científica inicia com uma pesquisa bibliográfica, para saber o que

outros falam sobre o assunto pesquisado, ou seja, conhecer a respeito do que já foi estudado.

Também foi realizada uma entrevista semi estruturada com os membros da família, tanto com os que moram na propriedade como com os que já saíram. Para isso foi elaborado um roteiro de perguntas (Apêndice 1) que permitia, em determinadas ocasiões, que os entrevistados falassem livremente sobre o assunto pesquisado.

Para Manzini (1990) a entrevista semi estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se tem roteiro com perguntas, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Assim, com os moradores da propriedade foi uma entrevista mais livre, com perguntas a respeito da história da família, da propriedade e suas atividades, onde a cada tema pré-estabelecido pelo roteiro os entrevistados puderam falar e expor suas ideias a respeito de todos os fatos perguntados.

Para com os filhos que moram em Arroio dos Ratos, as entrevistas ocorreram em suas residências. Os que moram em Canoas e Barão do Triunfo foram entrevistados na festa de aniversário do proprietário. Com o filho morador de Maceió (Alagoas) a entrevista foi realizada por intermédio de uma ligação telefônica, após o contato com sua irmã que explicou a pesquisa para este. Desta forma, baseado também no roteiro, foi possível entrevistá-lo.

O roteiro buscou conhecer o começo da propriedade, as suas atividades passadas e atuais, bem como saber da relação da indústria do fumo com a propriedade e com seus moradores. Ou seja, conhecer os motivos que levaram estes membros da família a deixar o campo.

No quadro 1 apresenta-se uma relação dos entrevistados da família Silva Souza, entrevistados nesta pesquisa.

**Quadro 1-** Relação dos entrevistados e suas características pessoais

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Características</b>
Pai	70 anos, agricultor aposentado
Mãe	68 anos, agricultora aposentada
Filha 1	44 anos, mora no Município de Canoas, casada, 2 filhas, doméstica
Filha 2	43 anos, mora no Município de Canoas, casada, 1 filho, diarista
Filho 3	42 anos, mora em Maceió, separado, 3 filhos, montador de usinas de combustível
Filho 4	41 anos, mora em Canoas, motorista, 2 filhos, separado
Filha 5	38 anos, mora Arroio dos Ratos, doméstica, casada, 2 filhos.
Filha 6	37 anos mora no Barão do Triunfo, do lar, 1 filha, casada
Filha 7	35 anos mora em Arroio dos Ratos, doméstica, sem filho
Filho 8	32 anos mora em Arroio dos Ratos, motorista de táxi (não proprietário), casado, 1 filho.
Filha 9	28 anos, mora em Arroio dos Ratos, funcionária de loja casada, sem filhos.
Filho 10	26 anos, agricultor fumicultor, mora nas propriedades com os pais, solteiro.

Fonte: Elaborado por Darci Freitas (2013).

A observação de campo foi realizada através de caminhadas na propriedade, onde foram identificados os danos ambientais em função do cultivo de fumo. Tais danos foram observados, fotografados e anotados para posterior análise.

### 3 ÁREA DE ESTUDO

A propriedade em estudo situa-se na localidade de Palmeira, no Município de São Jerônimo (fig.1), que tem suas raízes históricas no ano de 1752, quando a Coroa Portuguesa doa as terras atuais à Manoel Gonçalves Meireles e sua esposa criarem a Sesmaria da Piedade.

**Figura 1** - Localização do Município de São Jerônimo no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Municip\\_SaoJeronimo.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoJeronimo.svg)

São Jerônimo está localizado na Região Carbonífera, entre os municípios de General Câmara e Triunfo (norte), Camaquã, Dom Feliciano (sul), Charqueadas, Arroio dos Ratos e Barão do Triunfo (leste), Butiá e Pântano Grande (oeste).

São Jerônimo é banhado pelo rio Jacuí, um rio extremamente importante para o Município, pois além da atividade pesqueira e navegação é responsável pelo abastecimento de água na cidade.

Atualmente o Município apresenta uma população de 20.134 habitantes, sendo que 77% estão na zona urbana e 23% são moradores da zona rural (IBGE, 2010)

Na área rural existem 1.228 propriedades, predominando a pequena propriedade (78%), com área de 0 a 50 hectares. Nestas propriedades os principais cultivos apresentam-se na tabela 1:

**Tabela 1** - Principais produtos cultivados em São Jerônimo

<b>Cultivo</b>	<b>Área de plantio (ha)</b>
<b>Acácia negra</b>	1.5000
<b>Milho</b>	4.500
<b>Fumo</b>	3.200
<b>Arroz</b>	2.000
<b>Melancia</b>	1.150
<b>Feijão</b>	450

Fonte: Elaborado por Darci Freitas, 2013 (ASCAR/EMATER, 2013)

Na pecuária, destacam-se a criação de bovinos e ovinos (ASCAR/EMATER, 2013).

Quanto aos solos do Município, a porção norte se apresentam os mais profundos, de topografia mais suave com fertilidade baixa a media, próprios para a cultura anual, como pastagens e fruticultoras. É também nesta região que aparecem as várzeas, próprias para o cultivo do arroz.

No sul do Município, onde se encontra a localidade da Palmeira, aparecem os solos bem diferentes decorrentes da formação geomorfológica da Depressão Central e Escudo Rio-grandense. Nesta região aparecem os solos ácidos e rasos, com pedregulhos e afloramento de rochas e tem como características, portanto, a baixa

fertilidade. A topografia é elevada e com fortes ondulações (fig.2), com altitudes de até 450 metros.

**Figura 2-** Relevo ondulado da Região da Palmeira, São Jerônimo (RS)



Fonte: Darci Freitas, 2013.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A diversificação de culturas agrícolas em propriedades familiares antes da modernização das práticas agrícolas fazia com que a produção atendesse as especificidades e diversidades regionais. Esta produção tornava a propriedade quase autossuficiente, o que ocasionava uma baixa dependência dos recursos externos (MENEGETTI, 1999).

Esta diversificação não é identificada nas pequenas propriedades familiar com cultivo de fumo. Isto porque este tipo de plantio exige que se utilize grande área da pequena propriedade, fato este que inibe a diversificação de outros produtos.

Estudos realizados na caracterização socioeconômica de fumicultores e não fumicultores, na região do Vale do Rio Pardo, demonstra que as propriedades dos agricultores não fumicultores tem um tamanho médio de 13,6 hectares enquanto dos fumicultores medem 9,8. A questão da área de cultivo limita diversificação, impedindo que os pequenos agricultores fumicultores desenvolvam outras atividades agrícolas nas suas propriedades por falta de espaço (VARGAS; OLIVEIRA, 2003).

Para Redin et al (2009) a diversificação nas propriedades com cultivos de fumo são indicadas pelas empresas fumageiras, desde que esta produção não prejudique a atividade principal, o fumo. Outro fato citado pelo autor é necessidade de dedicação de mão de obra pelos produtores ao cultivo do fumo, que requer muita atenção durante o ano agrícola. Isto faz com que os agricultores reduzam as atividades paralelas para se dedicar a este cultivo por falta de tempo.

Borges (2011) entende que existe uma alta dependência das propriedades com cultivo do fumo, pois esta atividade se configura como principal fonte de renda dos fumicultores. Assim, uma propriedade media de 16,3 hectares tem 64,38% do valor produzido oriundo do fumo e o restante, 35,62%, são de outras atividades e culturas quando produzidas excedentes.

Outro fato que é percebido no cultivo do fumo é a dependência que este cultivo traz dos recursos externos e uma subordinação por parte das propriedades das indústrias fumageiras, responsável pelo financiamento de todos os processos da

safra do fumo. Fato este que é percebido em estudos realizados no município de Jaguari (RS). De acordo com Redin et al. 2009 a subordinação dos agricultores familiares às indústrias fumageiras são observados por cinco fatores importantes.

- i. Controle da comercialização da matéria prima;
- ii. Domínio da tecnologia do sistema de produção;
- iii. Financiamento e crédito de insumos e instalações;
- iv. Assistência técnica;
- v. Garantia de compra da safra.

A indústria controla a matéria prima fazendo com que o agricultor tenha a necessidade de se adequar aos parâmetros para poder comercializar seu produto. No domínio da tecnologia a indústria faz com que o agricultor se sujeite a utilizar o pacote tecnológico ofertado para a atividade do fumo, por intermédio do financiamento de crédito para obter os recursos para a safra, como instalações, insumos para a lavoura e material necessário para atividade do fumo (REDIN et al, 2009).

Como outros fatores de subordinação do agricultor à indústria fumageira, o autor cita a assistência técnica para o acompanhamento de um profissional da safra, que faz com que o agricultor se comprometa, por um contrato e moralmente, a venda da produção. Conseqüentemente, a indústria passa a obter um controle da produção e a garantia da compra da produção. Todos os elementos citados induzem ao agricultor a estabelecer uma relação de dependência com a agroindústria integradora (REDIN et al, 2009).

Ainda sobre a dependência dos recursos externos o autor descreve que a indústria ao proporcionar as condições para o agricultor desenvolver suas atividades com o fumo, traz uma dependência deste por alguns anos com a indústria. Referente a isso, eles citam que poderão ocorrer duas situações com as famílias fumicultores, que são:

- I. A família consegue produzir e com o passar do tempo quita seu crédito perante a empresa e começa a criar seu próprio capital de giro; ou

II. O produtor sofre com as altas taxas de juros e/ou com a pouca experiência com esse cultivo trazendo resultados pouco significativos, acarretando em um processo de endividamento rural cada vez maior.

Na relação comercial entre fumicultores e indústrias fumageiras tem a característica por um oligopsônio, isto ocorre quando existem muitos fumicultores e poucas empresas compradoras. Assim, o poder do mercado fica com os oligopsonistas, onde estes regulam os preços e quantidades conforme suas pretensões (BORGES, 2011).

#### **4.1 Subordinação a indústria**

A relação comercial entre agricultor e indústria depende da situação no momento da comercialização, onde o agricultor acaba optando ou não pela quebra do contrato. Ao perceber a não valorização da sua safra ele acaba negociando com atravessadores, também chamados de “picaretas” – que de uma forma ou de outra todas as empresas possui -, para atingir a cota estimada de produção. No caso do fumicultor vender sua safra para os atravessadores da concorrência, paga sua dívida com dinheiro, não sendo o modo preferencial das multinacionais. Porém, estas concordam para continuar com o contrato para o ano (REDIN et al, 2009).

Segundo Dal Soglio e Kubo (2009), o homem do campo se tornou um empregado do modelo convencional de agricultura, pois a relação produtiva do homem deixou de ser com a natureza para se estabelecer com as indústrias.

Além do contexto de subordinação e dependência as indústrias fumicultoras, os autores apontam também os impactos do plantio de fumo ao meio ambiente e na qualidade de vida dos agricultores.

Relacionado à qualidade de vida Schoenhals et al. (2009) dizem que a saúde dos agricultores, que tem o cultivo do fumo em suas atividades, é sistematicamente agredida de várias formas, que são: uso de agrotóxico, contato dos agricultores direto com a planta úmida onde esta libera nicotina e pelo cheiro das folhas durante a secagem nos fornos. Estudos mostram que a metade dos agricultores que produzem fumo sofre com intoxicação pela contaminação de agrotóxicos, tendo sintomas como dores de cabeça, tonturas, mal estar, vômitos entre outros. Porém,

os agricultores veem nos agrotóxicos um importante aliado para suas atividades agrícolas.

Em relação ao uso de agrotóxicos pôde-se observar que, para os agricultores, esses são grandes aliados na lavoura, porém eles ainda não se deram conta dos males que tais produtos podem lhes causar. (SCHOENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009, p. 23).

Para Menegetti (1999) os agrotóxicos da maneira que são utilizados indiscriminadamente sobre as lavouras, as criações e o solo são responsáveis pela poluição dos recursos naturais, contaminando principalmente a água como mostram estudos no mundo inteiro.

Os agrotóxicos substituíram métodos naturais de controle de pragas e doenças, simplificando a questão do controle das pragas, desconsiderando a complexidade e o potencial dos ecossistemas no equilíbrio do meio (MENEGETTI, 1999, p. 13).

#### **4.2 Trabalho nas propriedades fumageiras**

Diehl et al. (2005) entendem que o trabalho é um fato relevante ligado a produção do fumo. Como a mão de obra realizada nas propriedades é basicamente familiar, a troca de serviço entre propriedades é uma prática comum. A contratação temporária ocorre em apenas 12% das propriedades pesquisadas no Município de Paraíso do Sul (RS), conforme estes autores.

Para Etges (2006) a divisão de trabalho nas propriedades produtoras de fumo em Santa Cruz do Sul (RS) é feita praticamente pela família, havendo contratações somente em épocas de muito trabalho, como na safra quando exige a participação de mão de obra de toda a família e em alguns momentos uso de mão de obra temporária. Porém, nem todas as propriedades têm condições de fazer estas contratações, fato que acaba sobrecarregando os membros da família, principalmente o das mulheres que além do trabalho nas atividades do fumo precisam cuidar dos afazeres domésticos.

### 4.3 Desenvolvimento rural

Para Menegetti (1999) o desenvolvimento rural, da maneira como foi pensado, é considerado como sinônimo de modernização. Este fato trouxe consequências serias na questão da sustentabilidade, tanto econômica como social e ambiental, na agricultura em geral e, principalmente, dentro da agricultura familiar. A modernização conseguiu fazer com que parte dos agricultores entrasse nos mercados, porém eles continuaram subordinados ao capital agroindustrial.

Segundo Kageyama (2008) o assunto “desenvolvimento rural” tem tido grande destaque no meio acadêmico e em documentos e ações de organizações políticas em todo mundo nos últimos trinta anos. A autora explica que o desenvolvimento rural não pode ser analisado apenas pelo crescimento econômico de um grupo ou uma comunidade, ele também envolve outros fatores, como o socioeconômico e ambiental.

O desenvolvimento rural, por sua vez, não é identificado com crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões econômicas, sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental. (KAGEYAMA, 2008, p.52).

De acordo com Van Der Ploeg et al. (2000) apud Kageyama (2008) o paradigma da modernização da agricultura é vista como uma ferramenta fundamental para elevar a renda das comunidades rurais e assim levar ao desenvolvimento. Na Europa este pensamento está mudando, surgindo um novo modelo para setor agrícola, ou seja, o desenvolvimento rural.

O desenvolvimento rural implica reduzir custos de produção, com novos caminhos tecnológicos e novos produtos associados a novos mercados. É entendido como uma tentativa de reconstrução da agricultura, não em apenas de estabelecimentos agropecuários, mais ao nível regional e da economia rural como um todo.

Para estes autores, o desenvolvimento rural precisa ter uma relação entre agricultura e sociedade para atender as novas demandas que recai sobre rural, como os bens públicos paisagens e valorização do patrimônio natural, substituição das economias de escalas e integração vertical das firmas, buscando um novo

modelo havendo sinergia entre ecossistemas locais e regionais e diversificação das atividades, com novas formas de alocação do trabalho familiar e a pluriatividade.

Van Der Ploeg et al (2000) apud KAGEYAMA (2008) analisam o desenvolvimento rural no contexto do seu território e seus diversos atores, em que “o rural não é mais monopólio dos agricultores”:

Diferentes formas de cooperação e de contradições emergem entre os atores agrícolas e não agrícolas nas novas arenas de atividades e oportunidades nos territórios rurais. (VAN DER PLOEG et al, 2000 apud KAGEYAMA, 2008, p.59).

Também mostram a necessidade do envolvimento das políticas e instituições, estas que na Europa têm tido um papel decisivo nas políticas de desenvolvimento rural. Por último mostram as novas práticas voltadas ao desenvolvimento rural, com valorização e conservação dos recursos naturais, agroturismo, agricultura orgânica, valorização local com vendas diretas. Com isso, entendem o desenvolvimento rural como um processo multifacetado, onde as propriedades que foram consideradas desvalorizadas “supérfluas” no paradigma da modernização podem buscar sua valorização, sua importância dentro do desenvolvimento, assumindo novos papéis, estabelecendo novas relações com a sociedade e com o meio urbano (VAN DER PLOEG et al, 2000 apud KAGEYAMA, 2008, p.59).

Um dos fatores do desenvolvimento rural explorados por estes autores é a agricultura econômica, que tem como base a redução dos custos com os insumos externos a propriedade, com mudanças tecnológicas e a realocação dos meios produtivos de modo que possa enfrentar a queda de rendimento, vista no modelo escala-especializada-intensificação.

Van Der Ploeg et al (2000) apud KAGEYAMA (2008) elaboraram um quadro do processo de produção agrícola, contrapondo a modernização ao desenvolvimento rural.

**Quadro 2-** O processo de produção agrícola: modernização *versus* desenvolvimento rural

<b>Modelos</b>	<b>Principais características da produção agrícola</b>
Modernização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultores como empresários agrícolas;</li> <li>• Especialização;</li> <li>• Aumento de escala;</li> <li>• Intensificação (uso de insumos);</li> <li>• Produção orientada pela lógica de mercado (menor utilização interna da própria produção)</li> <li>• Aumento do grau de “<i>commoditização</i>”;</li> <li>• Dependência crescente de poucos mercados específicos.</li> </ul>
Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais;</li> <li>• Introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos;</li> <li>• Produção ambientalmente mais adequada;</li> <li>• Introdução de práticas de cooperação e pluriatividade;</li> <li>• Diversificação de produtos e busca de economias de escopo;</li> <li>• Maior controle sobre os processos de trabalho.</li> </ul>

Fonte: Van der Ploeg et al. (2000) apud Kageyama (2008).

Para VEIGA (2008) existem três tipos básicos de resposta quando se faz o questionamento “o que é o desenvolvimento?”. O autor considera duas respostas simples a este respeito: o desenvolvimento visto como sinônimo de crescimento econômico que traz uma simplificação a esta pergunta, mesmo após dois séculos de estudos e pesquisas e conhecimentos empíricos sobre o crescimento econômico e a outra resposta, simples, é a de afirmar que o desenvolvimento não passa de reles ilusão, mito, ou manipulação ideológica.

A terceira resposta sobre o que é desenvolvimento é mais complexa, afirma o autor, sendo “o caminho do meio” onde os pensadores menos conformistas recusam estas duas respostas mais fáceis:

Na concepção de Sen e de Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários ao nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão disponíveis todas as outras possíveis escolhas. (VEIGA, 2008, p. 85)

Pode-se, então, a partir das ideias de Veiga (2008) apontar que o objetivo básico do desenvolvimento rural é aumentar as liberdades dos seres humanos, de forma que aumente as escolhas e estas tragam vida digna e um desenvolvimento que possa ser sentido por todos com participação plena dos indivíduos em suas propriedades.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo tem o objetivo de caracterizar a propriedade agrícola e a família Souza, nos seus aspectos socioeconômicos e ambientais, antes e depois da introdução do cultivo do fumo, bem como as práticas agrícolas decorrentes.

### **5.1 A propriedade e a família antes da fumicultura**

Para caracterização desta unidade de produção antes da fumicultura foi necessário conhecer a história da família, como iniciaram a propriedade, ou seja, como tudo ocorreu a partir da posse do atual proprietário.

No ano de 1950 o Sr. Souza assumiu vinte e quatro hectares, fruto da herança de sua família. Ele realizou a construção da sua primeira casa - casa de pau a pique - com barro e madeira, com cobertura santa fé. Trouxe da casa de seus pais, ao lado de sua nova propriedade, uma pequena criação de bovinos e ovinos que já criará no campo.

O proprietário conta que no começo tudo foi muito difícil, falta de equipamentos para trabalhar, principalmente de uma junta de bois que não possuía, pois esta terra não era área de lavoura. Era, portanto, “uma terra crua e isolada”, fatos que o desanimou naquele momento.

Assim foi em busca de fontes de renda fora da propriedade, deixando à mesma aos cuidados do seu irmão. Foi trabalhar nas granjas de arroz nos municípios de Guaíba e Barra de Ribeiro, pois na época as granjas precisavam de bastante gente para cortar o arroz à foice.

Após o trabalho em três safras de arroz voltou para começar a desenvolver as atividades agrícolas em sua propriedade. A partir dos rendimentos do trabalho nas granjas, ele conseguiu a comprar algumas ferramentas fundamentais para o trabalho na lavoura, como as pás, enxadas, arado, disco, uma carreta e uma junta de bois.

No primeiro ano plantou milho, feijão, arroz em mudas, aipim, batata doce e uma horta de verdura, sendo o milho e o feijão como produtos comerciais e os demais para o autoconsumo.

Segundo o proprietário, estas atividades eram bem cansativas e ocupavam todo o seu tempo, entre preparo da terra com tração animal, capinas manuais, colheitas. Essas tarefas eram manuais como descasque do arroz no pilhão, bater feijão de manguá e debulhar milho a mão para a criação entre outras.

Permaneceu sozinho até o final da década de 1950, quando se casou e começou a constituir família. Tiveram dez filhos, quatro homens e seis mulheres, que foram crescendo junto com o trabalho nas atividades agrícolas. Aos nove anos estudavam em um turno e no outro trabalhavam com a criação ou na lavoura.

No começo dos anos de 1980 mudou o produto comercial na propriedade. Passou a plantar arroz em sociedade com um vizinho, que vizinho fornecia a terra, o adubo e as mudas e ele entrava com a mão de obra no preparo da terra, no plantio, nos cuidados com a lavoura e na colheita. Esta atividade era extremamente trabalhosa e envolvia quase toda a família na época, apenas os menores não participavam deste trabalho, relata o proprietário.

Esta atividade permaneceu em torno de quatro a cinco anos como principal atividade econômica, porém a pouca rentabilidade, a família grande para sustentar e a falta de tempo para desenvolver outras atividades na sua propriedade, fez com que terminasse a sociedade com o vizinho e voltasse a ter o feijão como principal produto agrícola, vendido em um supermercado em Arroio dos Ratos e a outra parte servia como moeda de troca em um armazém local. Esta troca servia para comprar produtos que não produzia na propriedade, como erva mate, sal de cozinha, massa, fósforos, querosene para os lampiões entre outros, pois os demais gêneros alimentícios eram todos produzidos na propriedade. Este cultivo do feijão seguiu como principal produto econômico até a chegada do cultivo do fumo na propriedade no final da década de 1990.

Ainda na década de 1980 começou a saída de membros da família da propriedade, onde saíram quatro filhos do casal, dois homens e duas mulheres que se deslocaram para a zona urbana. No começo da década seguinte saíram outras duas mulheres, permanecendo os quatros filhos mais jovens na zona rural (fig. 3).

**Figura 3** – Filhos 3 e 4 (a direita) do Sr. Souza, nos anos de 1980



Fonte: Família Souza, s/d.

A filha 2 foi a primeira da família a sair. Ela relatou que a sua saída está relacionado à falta de oportunidade, renda e o trabalho pesado na propriedade.

A filha 1, que foi logo em seguida para a cidade a convite de sua irmã que morava da zona urbana de Arroio dos Ratos, traz como motivos principais, o trabalho pesado da lavoura, da casa, cuidar dos irmãos mais novos, a pouca renda familiar e a falta água e energia elétrica.

O filho 3 relata como principais motivos a pouca terra e a pouca renda “era impossível viver um monte de pessoas naquele pedacinho de terra (...) eu somente via dinheiro quando conseguia fazer algum serviço fora da propriedade o que nós produzíamos era somente para comer”.

O filho 4 aponta como principais motivos o trabalho pesado e falta de renda “quase morria trabalhando e não tinha dinheiro nem para comprar uma roupa ou ir em um baile”.

A filha 5 explica que foi para a cidade devido o convite de uma família que visitava a propriedade para trabalhar na cidade de São Jerônimo. “Eu não queria sair daqui, porém a vida no campo estava muito difícil, muito trabalhosa e pouco dinheiro, também eu queria estudar, pois aqui somente tinha até a quarta série”.

A filha 6 diz que o único motivo que levou sair da propriedade foi seu casamento com um rapaz do Município do Barão do triunfo. “Acho que não teria saído se não fosse por este motivo, eu gosto muito da vida do campo, mas agora não trocaria de forma alguma, porque no campo se passa muito trabalho na lavoura, tudo é longe e os ganhos são poucos”.

## 5.2 A propriedade e a família depois da fumicultura

Na de 1990, após a saída de seis filhos do casal da propriedade, as atividades agrícolas seguiam praticamente as mesmas, sem muitas alterações. Este fato começou a mudar a partir do surgimento de um funcionário da empresa fumageira *Universal Leaf Tabacos Ltda*, que visitou a propriedade e apresentou uma proposta “tentadora” ao agricultor e seus filhos remanescentes na zona rural (fig. 4).

**Figura 4** – Sr. Souza com seus filhos na lavoura de fumo no final da década de 1990.



Fonte: Família Souza, s/d.

A proposta apresentada à família consistia em financiar todas as etapas da safra do fumo, como a construção de um forno para a torra do fumo, juntamente um galpão para armazenar o produto, todos os insumos para lavoura, como adubos, calcário, salito, agrotóxicos para o tratamento da lavoura, equipamento de proteção individual (EPI) para trabalho com agrotóxicos e assistência técnica a família nas dúvidas de produção.

Porém a parte que mais chamou a atenção do proprietário foi que todos estes benefícios seriam pagos com a própria produção na safra. Sendo que o forno foi dividido em cinco vezes com pagamentos anuais.

Após consultar alguns vizinhos que também aderiram ao cultivo do fumo o proprietário resolveu a aceitar a proposta e desenvolver o cultivo do fumo na propriedade. Nas primeiras safras desenvolveu as atividades manuais e com tração animal obtendo ganhos bem significativos nos primeiros anos. Começou com a plantação de trinta mil pés e após cinco anos foi oferecido outro forno nas mesmas condições do primeiro, assim aumentando sua produção para oitenta mil pés.

A partir deste aumento da produção de fumo ocorreu uma grande mudança na propriedade, que se tornou totalmente dependente deste cultivo. Além de aumentar a área plantada, aumentou em muito o trabalho da família, não sobrando tempo para realizar outras atividades. Porém, as maiores mudanças foram nos meios de produção, a junta de boi foi substituída pelo trator (fig. 5), a carreta pelo reboque, a capinadeira manual pelo pé de pato.

**Figura 5** - Trator para o cultivo de fumo na propriedade.



Fonte: Darci Freitas, 2013.

O agricultor relata que houve melhoras na situação de instalações da propriedade, além do forno já citado, houve um aumento da casa da família, a compra de um carro e uma moto (fig. 6). A chegada da energia elétrica e a compra de eletrodomésticos novos não estão totalmente atreladas aos ganhos do fumo, mas, sim, a aposentadoria do agricultor e posteriormente de sua esposa.

**Figura 6** - Propriedade da família após o cultivo do fumo



Fonte: Darci Freitas, 2013.

O proprietário afirma que neste período do fumo houve altos e baixos, ou seja, safras boas e outras “nem tão boas”. Deve-se levar em consideração que com o aumento da lavoura de fumo e com a mecanização trouxe maiores dívidas de produção, com aumento dos insumos para a lavoura, com o novo financiamento do forno, com a compra do trator assim o agricultor afirma que a propriedade trabalhava no limite financeiro.

Às vezes nos vendíamos o fumo para os picaretas que pagavam na hora da venda, na firma era preciso esperar dez dias, porém tinha ano que ficava dívida para o ano seguinte “afirma o proprietário”.

Estes fatos, citados pelo Sr Souza, aliados às perdas devido aos fenômenos climáticos como seca, chuva em excesso, chuva de granizo, e o preço do fumo

definido por classes pela indústria compradora, intensificaram dependência econômica da propriedade pela indústria fumageira. “A gente manda fumo para a firma e espera um valor e o fumo passa com classificação baixa, espera uma coisa em dinheiro e vem outra”.

O aumento da área plantada do fumo ajudou a acelerar a degradação da propriedade, com o uso intensivo da terra que após a produção de fumo era desenvolvido o milho na sobra da adubação. Com isto a terra não ficava em pousio para sua recuperação, e esta repetição continua por vários anos, aliadas ao uso de insumos e agrotóxicos com a mecanização levaram ao esgotamento da mesma trazendo prejuízos imensos a família.

Um fato chamou atenção referente à dependência dos recursos externos que vivem a propriedade, no dia de uma visita a família pesquisada. Chegou um caminhão baú na propriedade, com a placa do município de Venâncio Aires. Este caminhão era uma espécie de supermercado ambulante, onde os moradores entram dentro dele e fazem as suas compras. Lembrei-me da primeira parte da entrevista, quando o Sr Souza relatou-me que a propriedade produzia quase todos os alimentos. Fiquei impressionado com as compras feitas pelo proprietário e sua esposa, tendo produtos como batata inglesa, tomate, cebola e leite caixa entre outros, produtos que poderiam ser produzidos na propriedade.

No ano de 2004 deu-se a primeira saída do campo pós- cultivo do fumo, da filha 7. Ela foi para a cidade de Arroio dos Ratos, morar na casa de uma irmã, que arrumou serviço de doméstica. “Eu não gosto nem de me lembrar, quando chegava na hora de receber pagavam as contas e não sobrava quase nada, além do trabalho na lavoura eu ajudava no trabalho da casa. Era muito trabalho e pouco dinheiro”.

Logo em seguida a filha 9 causou com um morador da região também plantador de fumo (fig. 7). Ele, também desiludido com cultivo, foi morar com ela em Arroio dos Ratos. Ela relata que andava numa sujeira, a roupa tinha uma graxa do fumo, tinha muita dor de cabeça por causa daqueles venenos, quando chegava a hora do dinheiro pagavam primeiro os de fora e se sobrasse pagavam os de casa. “Aqui na cidade faz sol ou chuva o meu dinheiro vem”.

**Figura 7 - Filha 9 na propriedade**



Fonte: Fonte: Família Souza, s/d.

O filho 8 permaneceu por quatro safras na propriedade, plantado com seu irmão, pois sua mãe e seu pai deixaram de trabalhar na lavoura de fumo devido a condições de saúde e a idade avançada. Desta forma precisavam contratar mão de obra para a colheita, fato este que acarreta aumento dos custos: “um peão bom cobra cinquenta reais por dia, mais comida isto dá um monte de dinheiro no final”.

Este filho (fig. 8) afirma que os principais motivos que levaram a sua saída foram o trabalho extremamente cansativo e a saúde:

Além de trabalhar o dia inteiro no serviço do fumo de noite precisava cuidar o forno colocando lenha de hora em hora, para não baixar a temperatura. Nós fazíamos uma noite para cada um, o fumo precisa colocar a mão nele um monte vez até o caminhão levar, também eu vivia vomitando e com dor de estomago, não podia nem chegar perto das folhas de fumo molhada do sereno ou dos venenos.

Também, ele relata que o desgaste da terra levou uma grande área a erodir, fazendo a produção de aquele ano ser muito ruim: “depois de um ano de trabalho

intenso e fumo não pagou nem os custos”. Este fato é colocado como um dos principais motivos para sua decisão de abandonar a propriedade e ir para a cidade.

**Figura 8 - Filho 8 na propriedade**



Fonte: Família Souza, s/d.

O filho 10, o mais novo, permanece na propriedade com seus pais e ainda realiza o cultivo do fumo. Ele explica que não saiu ainda pelo fato que precisa cuidar de seus pais, porém pensa ir para a cidade trabalhar de pedreiro em um futuro próximo. Ao ser questionado como ele imagina a propriedade no futuro, responde: “acho que vai ser vendida ou vai ficar tapera (abandonada), porque os meus irmãos ninguém quer voltar para a zona rural!”.

### **5.3 Análise do antes de depois da implantação do fumo na propriedade**

#### **3. 3. 1 Economicamente**

Esta propriedade, antes da modernização, produzia quase tudo para o auto consumo familiar. O produto econômico principal era o feijão e tinha como finalidade a sua venda para suprir algumas necessidades não produzidas na propriedade.

Não existia dependência dos recursos externos a propriedade, pois a produção agrícola os fazia quase auto suficiente. Os produtos de venda como milho e feijão tinham custos de produção baixos, sendo plantados com recursos próprios.

Porém, a chegada do cultivo do fumo foi visto como uma oportunidade “fantástica” pelo produtor. Os créditos e financiamentos propostos pela indústria fumageira, que até o momento a propriedade não possuía, tornava aquele cultivo uma promessa de boa rentabilidade, com necessidade de pouca terra para o plantio.

Segundo Redin et al (2009) ito também nas propriedades de Jaguari (RS). Após um ciclo de plantio de feijão, soja e milho o cultivo do fumo foi visto como um potencial ao desenvolvimento econômico para os agricultores. Este cultivo entra em algumas propriedades com capacidade de geração de renda em espaços inóspitos e restritos, trazendo uma nova fase de produção. A partir deste fato, a expansão do fumo acontece com uma produção intensiva, com o pouco uso de terra e uma renda relativamente elevada.

No começo da atividade do fumo houve ganhos bem significativos, as instalações foram aumentadas (fig. 9), houve melhorias na propriedade, ganhos econômicos que motivou o proprietário adquirir outro forno, após quitação do primeiro. No entanto, este fato trouxe aumento da área plantada e, em consequência, aumentou os custos de produção e aumento da dependência dos recursos externos.

**Figura 9** – Fornos de secagem do fumo na propriedade do Sr Souza



Fonte: Darci Freitas, 2013.

Nos primeiros cinco anos a propriedade produzia trinta mil pés de fumo, com entrada do segundo forno passou para oitenta mil. Com isto, os custos de produção ficaram maiores, pois com trinta mil pés usavam menos insumos e ocupavam menos créditos da indústria fumageira. Também os agricultores não possuíam tantas dívidas, como prestação do forno novo, prestação do trator, comprado devido aumento da área de trabalho. Houve, ainda, a compra de um carro a prestação, devido às perspectivas do aumento de ganhos da lavoura, entre outros.

Todos estes fatos fizeram com que os membros da família trabalhassem sempre no “limite financeiro”, precisando em alguns momentos negociar parte da produção com atravessadores, chamados na região como “picaretas de fumo”. Assim ficando algumas dívidas de um ano para o outro com a indústria fumageira financiadora da safra.

Esta situação de dependência dos recursos externos, aumento das dívidas aliados a perdas, devido fenômenos climáticos, como seca, chuva em excesso, chuva de granizo entre outros, e principalmente o preço do fumo definido por classes pela indústria compradora e o uso intensivo da terra, levaram a propriedade a dificuldades econômicas.

Segundo Vargas (2011) dados divulgados pela AFUBRA (2008), mostram que os custos de produção com cultivo do fumo são cinco vezes maiores do que os

custos com milho e seis vezes mais, se esta cultura for comparada ao cultivo do feijão.

Esta pesquisa evidenciou que a introdução do cultivo do fumo na propriedade diminuiu a diversificação da produção agrícola, que, sendo uma pequena unidade de produção, com pouca área para cultivo, vem mantendo sua base econômica na monocultura do fumo. Isto porque o agricultor não possui outras áreas capazes de produzir outros produtos para a venda, assim não conseguiu diversificar suas atividades devido à redução do fator terra.

As limitações de área agrícola constituem um importante fator que impedem os pequenos proprietários rurais fumicultores de avançarem para outras culturas, diversificando suas atividades. (VARGAS; OLIVEIRA, 2003).

A partir da introdução deste cultivo, as outras atividades na propriedade ficaram em segundo plano. O feijão deixou de ser o produto comercial se tornando uma atividade apenas para autoconsumo familiar, como os demais.

Segundo Diehl et al (2005), o cultivo do fumo é desenvolvido em forma de monocultura, raramente ocorre com outro produto comercial, pois é um cultivo que exige uma grande dedicação de tempo por parte dos agricultores.

Para Redin et al (2009) o trabalho manual que vinha sendo realizado com os outros cultivos se voltam para o fumo. O autor explica que nas propriedades de fumicultores em Jaguari (RS) é plantado o feijão e o milho na sucessão do fumo, porém estes não se caracterizam como produtos comerciais, sendo vendido o excedente. O principal cultivo econômico passa a girar em torno do fumo.

Da mesma forma que o desenvolvimento se baseava na modernização da agricultura, ocorreu nesta propriedade, que se integrou no sistema agroindustrial, a integração da agricultura e da agroindústria. Este processo não fica somente em comprar, produzir e elevar as vendas da propriedade, esta relação transforma “estruturas profundas de produção, comercialização e nas relações econômicas e sociais entre agentes dentro das cadeias” (MENEGETTI, 1999).

Existe uma relação de compra e venda entre os produtores de fumo e as empresas fumageiras, que acontece por intermédio de um contrato entre ambas as partes. Assim a empresa fica comprometida em comprar toda a produção da safra

de fumo e o produtor de vender unicamente o fumo para esta empresa (BORGES, 2011).

A propriedade estudada possui um contrato com a empresa *Universal Leaf*, financiadora de todas as etapas da safra do fumo. O Sr. Souza tem o compromisso da comercialização do fumo, ou seja, vender exclusivamente sua safra para esta empresa. Porém, em determinados safras, o proprietário afirma ter “quebrado” este contrato devido à necessidade de recursos financeiros rápidos, o que fez com negociasse parte da safra com atravessadores que são comuns nesta região.

Estudos mostram que o preço do fumo é definido por classe, da mesma forma acontece nesta propriedade. Este fato trouxe grandes frustrações econômicas ao proprietário, conforme o relato dele.

O produtor explica que inúmeras vezes mandou fumo para a empresa compradora, mas o valor acaba vindo bem inferior. Ou seja, em alguns momentos a classificação da indústria não é a mesma vista pelo produtor, que fica esperando que o seu produto passe com classes superiores, mas a empresa fumageira acaba classificando de forma inferior, ou seja, o poder de barganha está na mão das indústrias fumageiras, onde esta define o que o produtor vai plantar, como irá pagar e define o preço e as classes do produto comprado, sendo que o proprietário não tem autonomia sobre nada.

A relação comercial entre fumicultores e indústrias fumageiras tem a característica de oligopsônio, sendo que quando existem muitos fumicultores e poucas empresas compradoras o poder de mercado fica com os oligopsonistas, que regulam os preços e quantidades conforme suas pretensões (BORGES, 2011).

Segundo Diehl et al (2005), o cultivo do fumo tem uma forte ligação com as indústrias, tanto no montante do processo, do fornecimento de todo o pacote tecnológico como créditos, insumos e assistência técnica e também na definição na compra do fumo, onde a empresa determina a qualidade e o preço do fumo do agricultor. Os autores explicam que as folhas de cada estágio da planta são classificadas de acordo a sua qualidade, assim estabelecendo o preço do fumo conforme a classificação dado pela empresa fumageira.

O agricultor é o dono da terra e dos meios de produção, mesmo assim permanece atrelado a um sistema de exploração que via de regra, está dentro da lei. É quase uma forma de servidão. Ou melhor é a própria servidão, só que em sua forma

moderna.[... ] o contrato é contraditório em si mesmo. Por um lado existe esta situação de dependência econômica e por outro lado há a modernidade, pois os agricultores produzem direto para a exportação, vendem direto para o grande monopólio, o cartel da indústria do fumo (MAGALHÃES, 2001, apud ALMEIDA, 2006, p. 4).

Ferreira (2006) mostra em uma pesquisa realizada em Santa Cruz do Sul que os produtores de fumo pensam sobre o contrato com as empresas fumageiras, apontando os pontos positivos e negativos destes contratos (tabelas 2 e 3).

**Tabela 2** - Pontos positivos no contrato entre agricultores e fumageira

<b>Pontos positivos do contrato</b>	<b>%</b>
Venda garantida	45,1
Não há vantagens	24,6
Financiamento de insumos	14,1
Outras vantagens	5,6
Seguro, contratos são cumpridos.	3,5
Acha tudo bom	2,8
Não sabe responder	2,1
Ninguém lê o contrato	1,4
Difícil leitura	0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FERREIRA, 2006, p.164.

Nos pontos positivos o fator de maior relevância é a venda garantida da safra (45,1% dos entrevistados), seguida pelos que afirmam que não há vantagens nos contratos (24,6%) e financiamento dos insumos para a lavoura (14,1%).

**Tabela 3** - Pontos negativos no contrato entre agricultores e fumageira

<b>Pontos negativos do contrato</b>	<b>%</b>
Obrigado a vender o fumo	31,6
Desconhecimento dos termos do contrato	17,8
Nada negativo	17,8
Não compram bem a produção	14,5
Preço alto pelos insumos	3,3
Os juros altos	2,6
Não sabe responder	5,3
Só a gente tem obrigação eles não têm com a gente	2,0
Baixo investimento em benfeitorias	1,3
Não cumprem o contrato	2,6
Tudo	0,7
Quando não consegue vender tudo	0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FERREIRA, 2006, p.164.

Nos negativos encontramos em primeiro lugar a obrigação de venda do fumo para a empresa financiadora (31,6%) e, em seguida, o desconhecimento dos termos do contrato (17,8%).

Segundo Dal Soglio e Kubo (2009), o homem do campo se tornou um empregado do modelo convencional da agricultura, onde a relação produtiva do homem deixou de ser com a natureza para se estabelecer com as indústrias.

Para Menegetti (1999), o modelo de desenvolvimento rural era dado pela indústria, com a anuência e desenvolvimento de ideias pensadas pelo Estado.

### **5.3.2 Ambientalmente**

A partir do histórico da propriedade o agricultor contou suas práticas agrícolas, a partir dos vários produtos cultivados, com trabalhos manuais e com tração animal. Pode-se imaginar esta propriedade inicialmente com pouca degradação ambiental, antes da fumicultura, onde tiveram alternâncias de produtos comerciais, produtos com pouco uso de agrotóxicos, a não existência de mecanização na propriedade e a produção para o autoconsumo, fato estes que mudaram com a introdução do cultivo do fumo.

Segundo Menegetti (1999), antes da modernização das práticas agrícolas o sistema nas pequenas propriedades familiares produzia, conforme sua capacidade natural de produção da terra. Os agricultores se utilizavam de manejos naturais, como adubação verde (prática menos degradantes) e criação de suínos conforme a capacidade de produção de alimento para estes. Esta criação dependia do potencial de produção do solo de forma natural. “Os sistemas de produção, tanto animais como vegetais eram equilibrados, interdependentes, integrados e sustentáveis” (p.8).

Ao realizar caminhadas na propriedade observa-se a degradação ambiental no solo, pois algumas áreas estão com ravinas feitas pela erosão, sem condições alguma de plantio (figuras 9 e 10).

**Figura 10** - Ravinamento na área de plantio de fumo



Fonte: Darci Freitas, 2013.

**Figura 11** - Ravinamento na área de plantio de fumo



Fonte: Darci Freitas, 2013.

Outro fato relevante quanto à degradação ambiental é o uso intensivo de agrotóxicos na lavoura do fumo, como também o descaso com as embalagens destes produtos jogadas pela lavoura, perto de cursos d' água e restos de insumos mal estocados. Mostra, portanto, um enorme descuido com as questões ambientais.

As embalagens de agrotóxicos, mal descartadas após sua utilização, são encontradas também nas propriedades produtoras de fumo em Santa Cruz do Sul. Estudos realizados mostram que 80% dos entrevistados não descartam corretamente as embalagens, jogando-as nas florestas ou queimando-as (SCHOENHALS et al., 2009).

Outro fato que contribui para os impactos ambientais na propriedade foi a pouca disponibilidade de terra, pois se trata de uma propriedade familiar de 24 hectares. O fumo tem característica de ser cultivado em pequenas propriedades familiares, fato este que não é diferente nesta região.

A pouca disponibilidade de terra “obriga” o agricultor usar de forma intensiva o solo visando tirar dele sua sobrevivência. O uso do solo acima de sua capacidade provoca seu esgotamento (MENEGETTI, 1999, p.9).

O fato desta pequena propriedade, com a pouca área útil de plantio, e devido o relevo característico desta região, já especificado anteriormente, dificulta as práticas agrícolas aos produtores. Desta forma houve um excesso de utilização da mesma área, o que pode ser identificado quando o agricultor relata que plantou dezessete anos no mesmo local, sempre repetindo a mesma prática, o cultivo do fumo e logo após realiza o plantio do milho. Ou seja, usa a sobra da adubação da produção de fumo para desenvolver o milho.

**Figura 12** - Armazenamento de milho na estrutura do fumo, propriedade do Sr. Souza



Fonte: Darci Freitas, 2013.

Em estudos realizados no município de Paraíso do Sul mostram que esta prática também acontece nas unidades produtoras de fumo. Diehl et al. (2005) relatam que a cultura que está mais associada à produção do fumo de estufa é o milho de safrinha, plantado em sucessão para se beneficiar da sobra da adubação do mesmo.

Este fato também acontece nas propriedades produtoras de fumo em Jaguari (RS) com a plantação do feijão safrinha e o milho no pós-cultivo do fumo (REDIN et al 2009).

Esta repetição por vários anos fez com que esta terra não ficasse em pousio, para sua recuperação, levando-a ao seu esgotamento. Em função disso, enormes prejuízos ambientais ocorreram nesta propriedade, diminuindo ainda mais a área útil de plantio.

### **5.3.3 Socialmente**

Analisando as entrevistas, pode-se notar que esta propriedade, em relação ao desenvolvimento rural na área social, foi vítima de dois fatores importantes relacionados à modernização da agricultura. No primeiro período, antes da introdução do fumo, os atores sociais desta propriedade sofreram com a estagnação que foi colocada aos pequenos agricultores, considerados atrasados e sem condições de permanecer nas mesmas. Naquela época a produção agrícola era

praticamente para o autoconsumo familiar, assim não produzindo renda capaz de manter a família no campo.

Desta forma, os filhos mais velhos começaram o deslocamento para as zonas urbanas em busca de melhores oportunidades para suas vidas. Entendiam que a propriedade não era capaz de suprir suas necessidades sociais, enxergando na cidade um meio de ter uma vida melhor. Desta forma se deu o começo do êxodo rural nesta família.

Segundo Dal Soglio e Kubo (2009), o fato ocorrido nesta propriedade, o deslocamento da família para as zonas urbanas, tem várias razões, como a busca de novas oportunidades. Da mesma forma que o rural é visto como atrasado, a cidade é vista como moderno, isto porque quem não estava inserido no novo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na produtividade não tinha condições de permanecer no campo.

As famílias deslocam-se do meio rural para centros urbanos em busca de oportunidades, movidas por razões dúbias. Por um lado, o rural era visto como sinônimo de atrasado, e a cidade, como símbolo da modernidade; por outro, o discurso predominante apregoava que o campo já não abrigava os que não acompanhassem a modernização do modelo produtivo (DAL SOGLIO; KUBO, 2009, p. 39).

No segundo período, foi quando a propriedade modernizou suas práticas agrícolas e o cultivo do fumo passou a fazer parte da renda principal, a família foi vítima do segundo fator: a modernização da agricultura. O pacote tecnológico da sua modernização, pela indústria fumageira, teve consequências graves no desenvolvimento socioeconômico desta família, na saúde e nas suas relações de trabalho.

Entre os motivos citados pelos filhos entrevistados no pós-cultivo do fumo, referente à suas saídas da propriedade, o trabalho com o fumo está ligado à saída dos três filhos. O filho 9 apontou o trabalho na fumicultura como um dos motivos de sua saída, relatando quantas vezes o fumo precisa ser manejado até ser transportado para a empresa compradora e também o fato de cuidar a temperatura do forno a noite após exaustivo dia de serviço.

Quanto ao fato de colocar a mão inúmeras vezes no fumo até o seu transporte, organizou-se um quadro (2) com o produtor para relacionar o trabalho

após a colheita, do fumo com o milho e o feijão, produtos que já foram comerciais da propriedade.

**Quadro 3** - Comparativo de manuseio de produtos após a colheita, conforme os cultivos

<b>Fumo</b>	<b>Milho</b>	<b>Feijão</b>
1. Colher a folha na lavoura 2. Transportar da lavoura 3. Costurar nas varas 4. Colocar nos estaleiros 5. Colocar nos fornos 6. Tirar dos fornos 7. Desatar 8. Classificar 9. Embonecar 10. Enfardar 11. Carregar para a venda	1. Colher na lavoura 2. Transportar da lavoura 3. Descascar 4. Debulhar 5. Colocar em sacos 6. Transporte ou uso próprio	1. Colher na lavoura 2. Bater feijão 3. Peneirar 4. Colocar em saco 5. Transportar ou uso próprio

Fonte: Elaborado por Freitas, 2013.

Por este quadro comparativo podemos observar que um produtor de fumo precisa trabalhar com a produção até cinco vezes mais que a produção de milho e seis vezes mais se comparada à produção de feijão, levando-se em conta apenas os manuseios. O fumo, além de exigir bem mais na lavoura dos agricultores, traz o desgaste aos produtores com o cuidado com a temperatura dos fornos durante todo o período da torra.

A filha 7 fez uma relação do seu trabalho com a jornada dupla, com a lavoura e trabalho da casa assim, tornando seus dias cansativos e rotineiros. A filha 9 reclamou do trabalho pesado, mesmo ocorrendo uma divisão das tarefas onde as mais difíceis ficavam para os homens. O extremo trabalho e sacrifícios nas práticas do fumo podem ser apontados como um dos motivadores para a saída dos membros da família do campo.

O trabalho que os agricultores descrevem é desgastante, rotineiro, de luta permanente e sem reconhecimento social. Na época da colheita, o trabalho é praticamente artesanal, extremamente cansativo que não respeita os limites do corpo, maltratando tanto os homens como mulheres.

Etges (2006) explica que este trabalho braçal nas propriedades agrícolas produtoras de fumo está relacionado com a sobrevivência e a manutenção da família e que este apresenta um sentido de obrigação, não restando outras opções para os membros da família.

Também se podem constatar os problemas de saúde trazidos pelo cultivo do fumo. Nesta propriedade, onde o filho 8 e filha 9 apresentam este fato como um dos motivos de suas saídas da propriedade, apontou-se que o uso de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, fungicidas) no plantio de fumo trazem como sintomas dor de cabeça e vômitos.

Segundo Schoenhals et al (2009), este fato também acontece com os produtores de Santa Cruz do Sul. Estudos realizados naquele município mostram que 55% dos agricultores de fumo não utilizam o equipamento de segurança, 50% dos familiares dos agricultores sofrem com problemas de saúde associados ao uso de agrotóxicos, tendo como sintomas os mesmos constatados na propriedade pesquisada em São Jerônimo (vômitos e dores de cabeça).

Etges (2006) explica como isso ocorre:

Contato com a folha úmida; a utilização dos equipamentos de proteção para aplicar o veneno; o cheiro que exala do tabaco; o contato com o veneno no período da colheita que produz vômitos; a necessidade de ficar acordado para cuidar dos fornos durante a secagem do tabaco; as atividades consideradas pesadas como arar, lavrar; calor e o sol quente na lavoura; os movimentos de abaixar e levantar para retirar as folhas do tabaco, insatisfação com a remuneração obtida com o tabaco (ETGES, 2006, p. 178 e179).

Entre o período de 1992 e 1994 este cultivo aparece entre os cinco maiores usuários de produtos agroquímicos (fig. 13). Levando em conta a área ocupada, o fumo é de longe o maior freguês de agrotóxicos, uma vez que o seu plantio requer que agricultores passem mais de três vezes o veneno do que outros cultivos (TORRES, 2006, p. 69)

**Figura 13** - Produtos agroquímicos utilizados no cultivo do fumo



Fonte: Darci Freitas, 2013.

A maneira que foi concebida o desenvolvimento rural nesta propriedade foi consequência da modernização da agricultura ocorrida a partir da Revolução Verde. Porém, com um fato diferente: a modernização foi concebida pelas políticas públicas e esta propriedade pelo capital privado das empresas fumageiras. O modelo privado baseou-se no subsídio de créditos agrícolas e tendo o desenvolvimento como crescimento econômico, não levando em conta as questões sócias e ambientais. É o que discute Menegetti:

O desenvolvimento rural estruturado sobre o paradigma da modernização dá sinais de que não é sustentável, e deixa uma serie de consequências que fazem repensar o processo de desenvolvimento rural (MENEGETTI, 1999, p. 8).

Segundo Menegetti (1999), desenvolvimento rural, da maneira como foi pensado, considerado desenvolvimento igual à modernização, conseguiu fazer com que parte dos agricultores entrasse nos mercados, porém subordinados ao capital agroindustrial. Também a modernização marginalizou um número elevado de famílias de pequenos agricultores.

A diferenciação e a diversidade da agricultura só atrapalhavam. A racionalidade deste padrão levou muitos pequenos agricultores familiares à miséria, à dependência, à perda de identidade e ao êxodo rural (MENEGETTI, 1999, p.6).

Desde os anos de 1950 a agricultura brasileira foi submetida a um processo de modernização que, embora tenha ocasionado um aumento de produtividade, foi responsável por uma crise profunda na sociedade rural, consequências da opção de privilegiar o crescimento econômico como mola propulsora da modernização. Atualmente, este processo é responsável pela degradação ambiental, êxodo rural e, conseqüentemente, inchaço dos centros urbanos, entre outros. Fatos estes observados no estudo da família do Sr. Souza.

## 5 CONCLUSÕES

Nas conclusões finais, obtidas no final desta pesquisa, não posso apontar que o cultivo do fumo foi o único responsável pela saída dos membros da família do Sr. Souza da propriedade. Outros fatores colaboram para tal fato

Na primeira parte, antes da fumicultura, assim como os pequenos agricultores foram excluídos do novo modelo de agricultura, aconteceu também nesta propriedade. Os filhos não viram futuro na zona rural e a cidade foi vista como uma nova oportunidade de buscar o que não tinham no campo.

Nesta fase talvez fosse o atraso da Unidade, com a pouca produção, pouca terra para produzir, para tanta gente, trouxe falta de perspectivas para os membros da família e principalmente a renda que os filhos não possuíam na propriedade com a produção, sendo esta somente para o autoconsumo da família.

Na segunda parte a modernização trouxe renda, aumento de equipamentos e melhorias na propriedade, porém trouxe consigo todo aquele pacote tecnológico da modernização da agricultura, com aumento dos recursos externos, gastos com produtos para lavoura, maiores riscos, degradação ambiental e problemas de saúde aos membros da família. Ou seja, como na modernização da agricultura trouxe crescimento econômico, o mesmo ocorreu nesta propriedade, porém o desenvolvimento rural não foi alcançado.

Com esta pesquisa, pude perceber que o maior desafio para nos formados no PLAGEDER, será trazer renda com desenvolvimento. No entanto, como planejador do desenvolvimento rural não posso retroceder as técnicas passadas, preciso entender que as famílias rurais precisam de renda para permanecer no campo, renda para suprir suas necessidades sociais e realizar seus sonhos, renda aliada ao meio ambiente, ou seja, usar os recursos naturais de forma racional.

Como planejador não posso pensar que os agricultores precisam lavrar a terra a vida toda com tração animal, que atividades agrícolas precisam ser somente para o autoconsumo familiar. É preciso buscar um meio termo, modernizar sem degradar, utilizando-se práticas mais sustentáveis, trazer renda. Porém estar atento ao desenvolvimento, buscar a qualidade de vida antes da qualidade econômica, ter

poder de decisão na Unidade do que vai comprar, de quem vai comprar como vai pagar o que vai plantar. Isto porque os agricultores produtores de fumo, na verdade, são empregados das empresas fumageiras, porém sem carteira assinada, sem benefícios, sem fundo de garantia, ou seja, sem direitos.

Um funcionário sem direito trabalhista, cheio de obrigações contratuais e poucos direitos onde nem o preço da sua produção consegue definir. As empresas colocam preço nos insumos para o agricultor pagar, e colocam preço na produção deste mesmo agricultor.

Valorizar o capital natural e social, assim como a modernização da agricultura houve crescimento econômico na propriedade do Sr. Souza, tais como o aumento da casa, luz, trator, geladeira entre outros. Contudo, o plantio de fumo destrói a saúde, fomenta o êxodo rural, traz desânimo, dependência, ambientalmente degradou a terra com erosão, terminou com a diversificação de produtos agrícolas e, o pior, um descrédito pelos membros da família a respeito da continuidade da propriedade familiar.

Para apontar um caminho capaz de mudar o atual cenário para esta propriedade e criar perspectivas futuras, a partir dos resultados obtidos da necessidade de desenvolver um estudo das economias locais e regionais, devemos procurar alternativas capazes de manter a propriedade economicamente viável assim como recuperar as áreas degradadas.

A partir desta recuperação, trazer motivação ao filho permanente no campo, motivação esta que faça seguir as atividades da propriedade, formar família e recuperar a unidade na área social, fazendo um novo caminho do desenvolvimento rural com renda capaz de suprir as necessidades básicas da família, sem degradar o meio ambiente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Renata de Lacerda Antunes. **O Tabaco no Rio Grande do Sul: análise da cadeia agroindustrial e dos possíveis impactos das políticas derivadas da Convenção - Quadro para controle do tabaco sobre a economia fumageira.** 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

DIEHL, Marcos Roberto et al. (2005). **Caracterização do Parcelismo das terras nas propriedades de fumo no município de Paraíso do Sul – RS.** Disponível em <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/Artigo%20UERGS%20Marcos.pdf>.

ETGES, Virginia Elizabete, FERREIRA, Marcos Fischborn; **A produção de tabaco, impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do sul, RS,** Santa Cruz do sul, EDUNISC, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

KAGEYAMA, Ângela; **Desenvolvimento rural, conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de pós- graduação em desenvolvimento rural, 2008

MANZINI, Eduardo Jose, (1990). **Entrevista semi estruturada: Análise e objetivos e de roteiros**  
Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>. Acesso em 02.06.2013.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social.** Didática: São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. (1999). **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>. Acesso em 28/10/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO. **Campo em São Jerônimo.** Disponível em: <http://www.saojeronimo.rs.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2013.

REDIN, Ezequiel et al. (2009). **Análise do sistema de produção fumo na agricultura familiar do Brasil: aportes teórico-metodológicos para o trabalho de extensão rural.** Disponível em: [http://www.aader.org.ar/XV\\_Jornada/trabajos/portugues/Aportes\\_teoricos/Ensayos/Trabajo%20P5%20Completo.pdf](http://www.aader.org.ar/XV_Jornada/trabajos/portugues/Aportes_teoricos/Ensayos/Trabajo%20P5%20Completo.pdf). Acesso em 26/10/2012.

SCHOENHALS, Marlise et al. (2009). **Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco.** Disponível em: <http://189.20.243.4/ojs/engenhariaambiental/viewarticle.php?id=205>. Acesso em 27/10/2012.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (orgs). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p. (Série Educação a Distância).

SOUZA CRUZ (Santa Cruz do Sul). (2011). **História do Tabaco**. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KPU?opendocument&SKN=1](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KPU?opendocument&SKN=1)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. (2003). **Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000100010&script=sci_arttext). Acesso em: 26/10/2012.

VEIGA, Jose Eli; **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**, Rio de Janeiro: Garamond 2008 3º edição.

## **APÊNDICE 1**

### **I. Roteiro dos filhos**

- a) Qual sua idade?
- b) Onde reside atualmente?
- c) Qual profissão exerce?
- d) Possui filhos quantos?
- e) Quais principais motivos da sua saída da propriedade?
- f) Faça um comentário sobre esta saída:
- g) Como você vê o futuro da propriedade?

### **II. Roteiro 01 proprietário**

- a) Como foi adquirida esta propriedade?
- b) Como começou as atividades da propriedade?
- c) Quanto hectare possui a propriedade?
- d) Quantos filhos teve o casal?
- e) Quantas pessoas moram na propriedade atualmente?
- f) Fale sobre as praticas na propriedade antes do cultivo do fumo:

### **III. Roteiro 02**

- a) Como chegou o cultivo do fumo na propriedade?
- b) O que mais chamou atenção na proposta da empresa fumageira?
- c) Qual a produção de fumo atualmente?
- d) Fale sobre o trabalho com o fumo?
- e) O fumo comparado a outros cultivos realizados na propriedade é mais trabalhoso?
- f) Quantos dependem financeiramente da produção agrícola da propriedade?
- g) A propriedade enfrenta algum tipo de dificuldade de comercialização ou produção deste produto?
- h) Tem empregados na produção da propriedade?